



Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Boa Governação - Transparência - Integridade ** Edição Nº 11/2016 - Junho - Distribuição Gratuita

Escolas do estado:

Reprovações em massa, massificação da culpa **E desperdício das finanças públicas**

Por: Egídio Rego

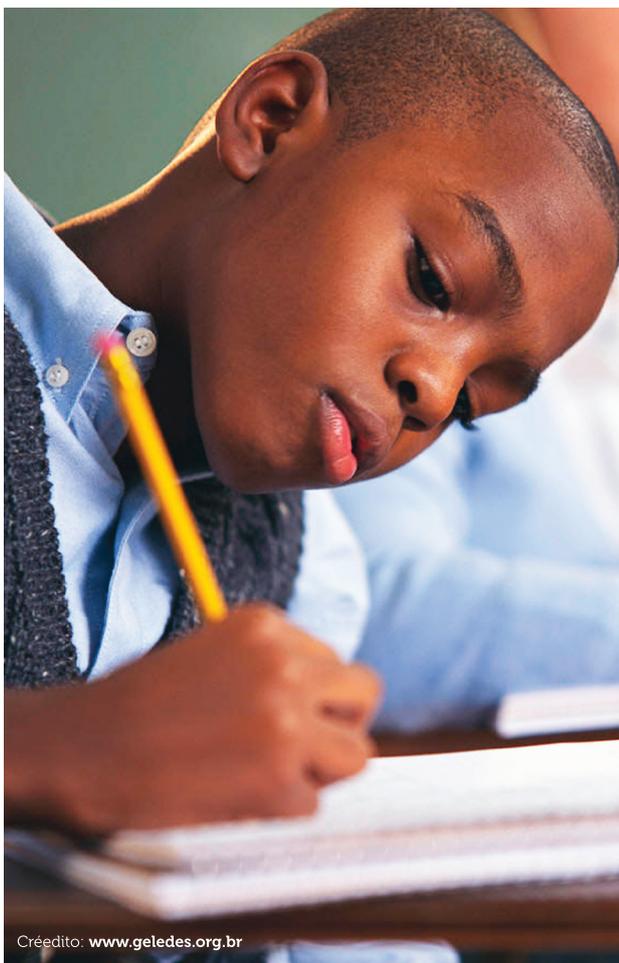
O Governo divulgou, por via do MINEDH, a 23 de Fevereiro de 2016, as conclusões dum inquérito que fez sobre as reprovações em massa registadas nos exames da 12ª e 10ª classes, versão 2015. Pelos maus resultados (75% e 80% de reprovações, respectivamente)¹ o Governo culpa os alunos (por fraco interesse nos estudos, fraca assiduidade e dificuldades na Matemática, História e Química), culpa os professores (por fraca qualificação, fraco empenho, fraca assiduidade, baixa motivação, subornos e incumprimento dos programas curriculares), culpa os encarregados de educação (por mau acompanhamento dos seus educandos), culpa as autoridades administrativas (por fragilidades no controlo e na supervisão do processo pedagógico) e culpa o sistema de educação (por falta de apetrechamento dos laboratórios e bibliotecas, pelo número elevado de alunos por turma e pelo número elevado de disciplinas na 10ª classe).

O inquérito deve ser elogiado pela rapidez na divulgação dos

resultados (cerca de três meses), porquanto quase todos os inquéritos do Governo demoram muitos mais meses; doutros inquéritos apercebemo-nos que já não estão em curso dado o acúmulo de anos sem divulgação. Porém, é preciso reflectir sobre as conclusões deste rápido inquérito do MINEDH à volta das reprovações:

1 O culpar os alunos.

Esta não é atitude correcta. A educação é uma práxis humana em que o resultado da aprendizagem (bom ou mau) é da responsabilidade não de quem esteve em processo de aprendizagem (os alunos), mas sim dos provedores da educação (os gestores do MINEDH) e dos professores recrutados para leccionar. O aluno é apenas um pão que o padeiro amassou; se o pão sair estorricado do forno, a culpa não é do pão, mas sim do padeiro. Os alunos têm fraco interesse?



Crédito: www.geledes.org.br

Como é que o MINEDH sabe disso, se não tem feito, nem de forma sistemática, nem de forma esporádica, estudos visando aferir o desinteresse dos alunos pelas aulas e respectiva causa? E a ser verdade que os alunos têm fraco interesse, o que é que o MINEDH faz ou fará para aumentar o interesse dos alunos pelos estudos? O MINEDH imagina que as suas escolas estão interessadas (em que o aluno aprenda), mas já imaginou que as suas escolas podem não ser interessantes? Escolas sem salas de aulas, sem bibliotecas, sem laboratórios, sem carteiras, sem pátios aprazíveis, sem bons directores, sem professores qualificados, com professores faltosos... não são nada interessantes! A fraca assiduidade dos alunos resulta igualmente dessa falta de interessamento das escolas públicas, falta essa que não deve ser imputada aos estudantes, afinal meros clientes dum serviço que lhes é deficientemente prestado. Há um tempo semanal fixo em que o director de turma (ou outra personalidade) se reúne com a turma para a discussão de questões relativas, sobretudo, ao comportamento e aproveitamento dos alunos. Seria de aproveitar esse tempo para, de forma periódica (trimestral ou semestral ou mesmo anualmente), se proceder à avaliação da escola pelos estudantes a fim de aferir o interesse ou a falta de interesse dos alunos. Os alunos têm dificuldades nas disciplinas de Matemática, História e Química? As escolas devem conhecer os objectivos educacionais pelos quais lutam em cada disciplina a fim de os fazer conhecer aos alunos para que professores e alunos, juntos, os usem como padrão para a realização de aulas vivas e avaliações adequadas. Mas não: as matérias em História são leccionadas como coisas remotas e estranhas, com objectivos educacionais e para a vida desconhecidos; o mesmo se passa com Matemática, Química, etc, em que os conteúdos são descarregados no estudante

para mero cumprimento do horário escolar, mas não metodicamente transmitidos pelos docentes e nem conscientemente assimilados pelos estudantes a quem, depois, se acusa no exame de não terem aprendido nada.

2 O culpar os professores.

De facto, nenhuma educação formal pode ser bem sucedida sem a contribuição activa e positiva dos professores. Mas isso passa por se prestar maior atenção ao estatuto social, cultural e material dos educadores. Aliás, as acusações que impendem sobre o professor (fraca qualificação, fraco empenho, fraca assiduidade, baixa motivação, subornos e incumprimento dos programas curriculares) mostram que o MINEDH espera muito dos docentes mas oblitera o que os docentes esperam do MINEDH. O Relatório Delors (citado por Monteiro, 2004) elabora a seguinte síntese sobre como melhorar a qualidade da educação: “Para melhorar a qualidade da educação, é necessário começar por melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores, pois estes não poderão corresponder ao que deles se espera” (p 108)ⁱⁱ se não tiverem os conhecimentos e a valorização que eles esperam de quem os empregou. O MINEDH e o Ministro têm falado da necessidade de massificação da escolaridade; mas aquelas duas entidades têm de compreender de uma vez por todas (e por todos) que não interessa ter um serviço escolar massificado se esse serviço escolar não tiver qualidade por estar a ser assegurado por docentes sem conhecimento e sem condições de trabalho dignas. A não ser assim, os maus resultados também estarão massificados como tem acontecido desde 2008ⁱⁱⁱ e como em 2015 particularmente se viu.

3 O culpar os encarregados de educação.

O inquérito do MINEDH não teve em conta a força das tecnologias de informação e comunicação que afasta cada vez mais os filhos da influência dos pais e encarregados de educação, sob o olhar ávido dos provedores da internet, em geral, e das redes sociais, em particular. Ninguém mostra aos jovens, e a culpa não pode ser só dos pais, que o abuso dessas tecnologias não lhes confere as matérias curriculares de Matemática, História, Química e das outras disciplinas indicadas no horário escolar. Todos sabem que o mundo exterior invade cada vez mais a família e a escola. E, em vez de cada uma destas instituições acusar a outra de falta de acompanhamento dos jovens, como tem sido frequente, juntas (a família e a escola) devem unir esforços para contrariar as interferências exteriores perniciosas.

4 O culpar as autoridades administrativas.

As fragilidades no controlo e na supervisão do processo pedagógico já tinham sido denunciadas pelo CIP num artigo datado de 08/11/2015^{iv}

Nesse artigo, o CIP assevera que os responsáveis pela administração e gestão escolares, tanto a nível do topo (MINEDH) como a nível da base (Direcções Provinciais, Direcções Distritais, Direcções de Zonas de Influência Pedagógica, Direcções de Escolas, Direcções de Classes e até Direcções de Turmas) não têm dado o necessário e efectivo apoio profissional ao processo pedagógico. O CIP apontou as razões: "...o apoio

não acontece porque os directores são escolhidos mais por simpatias políticas do que pelas suas competências pedagógicas"^{iv}. Assim, mais do que anunciar uns culpados que a sociedade civil já tinha identificado, o MINEDH deve indicar para posições de chefia personalidades de reconhecida competência. Como encontrar tais personalidades? Na caixa abaixo encontram-se alguns exemplos de boas práticas seguidas em outros países:

DIRECTOR = COMPETÊNCIAS PESSOAIS E PROFISSIONAIS CERTAS + NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DEVIDAMENTE IDENTIFICADAS

Para se seleccionar alguém com certas competências é preciso antes de mais definir as competências certas para a direcção duma determinada instituição. A definição das competências envolve a fase de avaliar as necessidades da instituição, descrever o trabalho a ser feito pelo dirigente com base naquelas necessidades e esclarecer o que é que a pessoa seleccionada precisa de saber fazer para fazer o trabalho descrito. Num processo de recrutamento aberto e selecção transparente, com base em critérios conhecidos, os professores que desejam ser directores concorrem, então, para a posição. Em países que tomamos como exemplo ocorre o seguinte:

Na Alemanha, e dando fé a afirmações de cidadãos alemães abordados a propósito, só são nomeados para dirigir os professores com larga experiência e que sejam aprovados num exame.

A gestão das escolas secundárias na África do Sul está a cargo do SGB (Corpo de Gestão da Escola, por extenso em português) que equivale a Direcção da Escola. Na África do Sul, professores, estudantes maiores de dezoito anos, pais/ encarregados de educação e pessoal não docente interno podem-se candidatar por um mandato de até três anos a um dos três órgãos da escola (Direcção da Escola, Conselho de Estudantes e Assembleia de Pais, respectivamente). O director tem a prerrogativa de formar a sua equipa (subdirector pedagógico, subdirector administrativo e financeiro e subdirector para os assuntos sociais). As direcções das escolas funcionam com o suporte de órgãos colegiais (que em Moçambique correspondem aos Conselhos dos Pais, de Escola, etc, com carácter consultivo) que na África do Sul têm um carácter mais deliberativo. Na África do Sul estes órgãos são, por exemplo, a Assembleia da Escola (que discute e aprova o orçamento da escola e o valor das propinas) e o Conselho de Direcção, outro órgão colegial composto pelos subdirectores, secretário da escola e vogal em representação dos pais). Assim, a indicação dos órgãos gestores da escola na África do Sul é pela via democrática e eles de-

têm maior poder do que em Moçambique (www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N5_art4.pdf).

No Brasil, de acordo com dados disponíveis em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/como-gestores-sao>, o meio de escolha predominante é a eleição directa pela comunidade escolar, utilizada por 67% das secretarias estaduais e 82% das municipais; é comum, porém, que exista mais de uma modalidade de selecção no mesmo lugar; por exemplo, a eleição pode ser precedida de uma prova ou uma certificação, que serviriam para peneirar melhor os aspirantes à vaga; ou pode ser por indicação de prefeitos, governadores e secretários, usada como recurso nos casos em que a escola não teve candidatos; no entanto, na indicação por superiores, tal como acontece em Moçambique, têm ocorrido as já referidas pressões políticas e outras formas de apadrinhamento.

Excepto o método de indicação pelos superiores hierárquicos, Moçambique pode optar por um ou mais métodos de selecção de directores e com as vantagens inerentes: o método de eleição directa pela comunidade escolar (com a vantagem de ser o mais democrático); o método de aprovação em exame (que demonstra o nível de compromisso e de conhecimento técnico); o método da formação e certificação (que abre os horizontes profissionais e também pessoais requeridos explicitamente para a função dirigente) e a experiência (que capta os que sabem fazer bem).

Também seriam favorecedores os seguintes procedimentos, reiterados por pesquisadores, professores e directores: formar os directores das escolas em gestão e administração; formar os directores das escolas em liderança e em criação de um ambiente motivador na escola para que as escolas deixem de ser desinteressantes; assegurar que os directores tenham um horário que os permita concentrar-se nas questões de gestão; assegurar que os directores das escolas recebam os subsídios a que têm direito; disponibilizar recursos materiais para elevar a qualidade das condições de trabalho dos directores de escolas.

5 O culpar o sistema de educação.

Para credibilizar um pouco mais o inquérito sobre os culpados dos excessivos chumbos e dar-lhe foro de objectividade,

o MINEDH teve o cuidado de admitir que também é culpado, ele por não cuidar do apetrechamento de laboratórios e bibliotecas, pelo número elevado de alunos que autoriza por turma e pelo número elevado de disciplinas que colocou na 10ª classe. E agora? De agora em diante, se de facto já existe a consciência da necessidade de ferramentas de tipo laboratórios e bibliotecas e da necessidade de turmas não muito gran-

des, tudo para garantir uma educação de qualidade, há mister de incluir no Orçamento do Estado (OE) uma verba específica para tal e tanto. Há que incorrer nesse tipo de custos para os custos totais não serem desastrosos. Vejamos só o caso do OE de 2015: o orçamento destinado à Área Estratégica Educação foi de 583.854.980,00 MT¹ para, no fim do ano, se lograr um aproveitamento pedagógico no ensino secundário de apenas 20% (na 12ª classe) e 25% (na 10ª classe)!!! O sistema educacional é (ou devia ser) uma cadeia produtiva (para produzir cidadãos preparados para a vida social e económica) e isso justifica um investimento financeiro como aquele (e, na verdade, a nossa advocacia é a de que devia ser mais alto). Mas, nos últimos anos, a proporção entre o que se investe e o que se produz na educação é um acto de má gestão das finanças públicas, porque estão a ser despesas públicas quase sem proventos.

Concluindo:

Com esta nota pretendia-se chamar a atenção da direcção do MINEDH para os seguintes considerandos:

- Necessidade de realização de estudos e inquéritos sérios que visem aferir a verdade e a qualidade do que se pensa e faz em educação, abarcando todos os envolvidos nessa práxis humana (MINEDH, outros provedores de educação, professores, funcionários não docentes, alunos, pais/encarregados de educação e sociedade civil).
- Necessidade de incluir na planificação de actividades e metas, a todos os níveis, os resultados dos estudos e inquéritos realizados.
- Obrigação de repensar em estratégias de gestão escolar e pedagógica que objectivem, de forma clara, as necessidades da escola, as metas planificadas e resultados alcançáveis.
- Necessidade de lançar concursos públicos locais para o recrutamento e selecção de gestores escolares com competências pessoais e profissionais provadas em documentos e/ou comprovadas em exames ou em outros instrumentos de aferição objectiva.
- Reflexão sobre o papel das associações de pais, encarregados de educação e grupos afins numa gestão escolar que fomente a participação comunitária.
- Necessidade de contratação de professores qualificados aos quais ainda se deve proporcionar apoio profissional no processo pedagógico e na vida a fim de contrariar a actual tendência para uma educação crescentemente medíocre.
- Necessidade de uma gestão séria, responsável e participativa do orçamento alocado ao sector da educação.
- A elevação da qualidade do ensino-aprendizagem e tangíveis proventos na cadeia produtiva justificarão, isto sim, um investimento crescente do dinheiro público no sector da educação.
- O que não se pode é continuar a desperdiçar o escasso dinheiro público para aninhar resultados desastrosos e no fim culpar os tristes alunos.

¹ Ver "UP quer indicar melhores estudantes para darem aulas no ensino secundário", disponível in <http://opais.sapo.mz> em 05/05/2016.

² MONTEIRO, Agostinho dos Reis (2004). Educação e Deontologia. Escolar Editora

³ O nível de rendimento escolar dos alunos vem registando queda a partir de 2008, segundo um estudo do MEPT (2010), disponível in www.mept.org.mz em 22/02/2016.

⁴ Ver o artigo intitulado "Professor Moçambicano: Ternamente Lembrado, Eternamente Esquecido" na webpage do CIP.

⁵ Idem.

⁶ In Orçamento do Estado para o Ano de 2015

Parceiros



Informação Editorial

Director: Adriano Nuvunga

Equipa Técnica do CIP: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egidio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila.

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Layout e Montagem: suaimagem

Contacto:

Center for Public Integrity (Centro de Integridade Pública, CIP)
Bairro da Coop, Rua B, Número 79
Maputo - Moçambique
Tel.: +258 21 41 66 25
Cell: +258 82 301 6391
Fax: +258 21 41 66 16
E-mail: cip@cip.org.mz
Website: www.cip.org.mz